

A RELAÇÃO CRECHE-FAMÍLIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

3393

Lenira Haddad

Do curso de pós-graduação na
área de Psicologia Escolar
do Instituto de Psicologia da
USP-SP

Este artigo é produto parcial de um projeto de pesquisa financiado pelo IV Concurso de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas.

APRESENTAÇÃO

O fenômeno creche caracteriza-se por uma complexidade de fatores diversos, que incluem componentes ideológicos, históricos, psicológicos, econômicos, políticos e sociais, permanecendo como pano de fundo o papel que tem sido confiado à mulher na guarda e educação de seu filho. Vítima de uma articulação em torno da natureza feminina que tinha por eixo a maternidade, a mulher durante muito tempo teve um destino extra-biológico a cumprir: o da procriação à criação e educação da criança, insubstituível no seio da família.

Graças ao trabalho que as feministas vêm desenvolvendo nas últimas décadas, a imagem da mãe começa a se modificar e a mulher passa a marcar sua luta frente às discriminações que vem sofrendo nos vários setores da sociedade. Abrem-se as portas para o trabalho da mulher no mundo produtivo, porém a ela permanece a função de principal dispensadora de amor ao filho, numa necessária distinção de papéis. O elemento masculino não substitui essa função que perdurou por quase dois séculos, baseada numa ideologia materna de responsabilização. A mãe só pode dividir essa responsabilidade com uma substituta feminina.

A creche aparece como uma dessas alternativas

de cuidado materno. Porém, por carregar historicamente o estigma de abandono de criança, fica reservada à camada social economicamente baixa, tornando-se um espaço onde impera o assistencialismo e o filantropismo.

Segundo informações obtidas em estudos históricos sobre as creches, estas foram criadas na segunda metade do século XIX e, durante quase cem anos, serviram à função de combate à pobreza e à mortalidade infantil. Para cumprir esse objetivo, seu funcionamento adotou uma rotina médico-higienista. Na década de 50, notadamente nos países ocidentais, a creche sofre influência de teóricos da psicologia do desenvolvimento infantil, como Spitz, Bowlby, Ainsworth, Aubry, que colocam a relação mãe x filho no centro do desenvolvimento da normalidade. A creche aparece como instituição sob suspeita, capaz de gerar crianças desadaptadas. A única maneira de escapar a esse risco, seria a creche se amoldar ao modelo materno. "Essa corrente promove um único modelo de relação com a criança pequena, encerrando, entretanto, as creches num terreno de comparação com a mãe e encerrando as mães na culpa de não criarem elas mesmas seus filhos." (Baudelot e Vreauté, 1979, p. 218).

Esse modelo recai diretamente sobre o papel do profissional de creche que atua com a criança, o qual deve, por sua vez, cumprir a tarefa de reproduzir uma relação com a criança nos moldes da que a mãe "teoricamente" estabelece com seu filho. Em decorrência disso, os profissionais de creche são na sua maioria, mulheres.

A nível teórico, as pesquisas sobre creche percorreram um longo caminho para desmistificar o sentido familiarista relegado à creche e propor um debate ideológico para esta questão. De início, elas aparecem denunciando a creche como um dos determinantes possíveis dos prejuízos ao desenvolvimento infantil ligados à privação materna.

Na década de 60, sob uma carga muito grande de questionamento, as pesquisas procuraram mostrar que a creche não prejudicava as crianças. Porém partilhavam ainda da convicção de que a creche estaria provendo uma nova oportunidade de suprir algumas experiências necessárias para as crianças oriundas de famílias economicamente desprivilegiadas e que estas seriam beneficiadas como conseqüência de participarem desses programas (Caldwell e Freyer, 1982, p. 343).

Somente nos últimos 15 anos, têm surgido pesquisas que procuram rever esses argumentos anti-creches, propondo a creche como uma alternativa viável ao trabalho de casa, desafiando a sólida crença que o cuidado materno é o melhor para a criança (Ross, 1978, p. 26).

Diante de toda essa pressão ideológica advinda também da comunidade científica, não foram os resultados positivos das pesquisas sobre creche que mostraram a necessidade de mudança na sua concepção ou a necessária expansão da sua rede. Foi através dos movimentos feministas, iniciados na década de 60, que a luta por creche surgiu com enfoque novo diferente ao da creche vista como um programa que atendesse à classe trabalhadora pobre. A idéia defendida, então, é a de

que a creche estendesse seu atendimento a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou classe econômica. Proposta esta que considera a creche como um direito à educação da criança pequena, desvinculando-a de seu papel substitutivo materno.

No Brasil, notadamente em São Paulo, a expansão da rede de creches surgiu como conseqüência de uma pressão popular através do Movimento de Luta por Creches criado em 1979. Esse Movimento, formado principalmente por mulheres de operários, reivindicava creches para poderem trabalhar, ou seja, ter um local onde pudessem deixar seus filhos para poder aumentar a renda familiar através do trabalho remunerado. O estado, ao responder à pressão do Movimento, construiu novas creches, destinando as vagas à camada de população de mais baixa renda, emprestando assim, a esse equipamento a finalidade de combater à miséria (Rosemberg, 1984, p.78).

As creches da rede pública de São Paulo, apesar da proposta de um setor da antiga FABES¹ de atribuir-lhes a função educacional, não conseguiram despir-se de seu caráter assistencialista, apresentando-se como um serviço com várias dimensões onde pode-se remediar situações extremas de pobreza. A questão da creche vista como substituta materna aparece, portanto, mesclada com uma situação de carência generalizada.

METODOLOGIA UTILIZADA

A presente pesquisa está sendo realizada em uma creche da Prefeitura do Município de São Paulo, da Superintendência do Bem Estar Social do Butantã. A creche conta com uma capacidade de atendimento para 70 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, provenientes de famílias com renda familiar de 0 a 3 salários mínimos mensais distribuídas em 4 módulos: berçário menor (0 a 8 meses), berçário maior (9 meses a 1 ano e 6 meses), mini-grupo (1 ano e 7 meses a 2 anos e 6 meses) e maternal (2 anos e 7 meses a 3 anos e 11 meses).

A creche conta com um quadro de funcionários distribuídos nas seguintes funções: 1 diretor, 1 auxiliar de direção, 1 auxiliar de enfermagem, 1 atendente de enfermagem, 1 professor, 15 pajens, 3 serviçais, 1 cozinheira, 1 auxiliar de cozinha, 1 lactarista, 2 vigias e 1 zelador.

¹ Em Dezembro de 1984, a equipe de Coordenação Central do Menor da antiga Secretaria da Família e Bem Estar Social - FABES, atual SUBES, da Secretaria Municipal de Educação, divulgou um documento junto à rede de creches intitulado "Proposta de Reprogramação de creche", que desde então tem sido discutido e encaminhado para implantação. Sua relevância encontra-se na inclusão do fator educacional na definição da creche como equipamento que presta serviços sociais em contraposição à "Programação Básica de 1980", onde o fator educação é considerado apenas como parte de uma rotina de trabalho.

A pesquisadora atua como diretora deste equipamento desde dezembro de 1981. Como aluna de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP, escolheu como objeto de estudo para dissertação de mestrado, a própria área em que desenvolve sua prática profissional.

O tema "Relação Creche-Família", surgiu do questionamento da realidade prática do trabalho em creche, em que se observava um processo de distanciamento entre a creche e as famílias por ela atendidas.

A opção metodológica — Pesquisa-Ação — se deu a partir do confronto entre os objetivos e as condições disponíveis para desenvolver o trabalho. Aproximar os dois pólos de relação (creche-família) e permitir o envolvimento dos profissionais de creche durante o processo, através da discussão de seus problemas e levantamento de estratégias de ação, foram desde o início dessa pesquisa, 1983, definidos como objetivos. As condições para o desenvolvimento do trabalho referem-se principalmente à posição que a pesquisadora ocupa na instituição estudada e ao fato de que a área-problema não permanece estática enquanto está sendo examinada, ou seja, não permite o controle experimental.

Pesquisa-Ação segundo Peter Spink é "um termo aplicado à pesquisa corrente com o duplo e explícito propósito de auxiliar a reflexão, formulação ou implementação da ação e de desenvolver enriquecer ou testar quadros referenciais teóricos ou modelos relevantes ao fenômeno em estudo. Caracteriza-se por uma relação ativa e explícita entre os pesquisadores e os responsáveis pela ação numa área específica..." (1979, p. 31).

Para o autor o processo de coleta e discussão dos dados "torna-se tão importante quanto o conteúdo dos dados que estão sendo coletados em função da relação ativa com as estruturas dentro das quais e para as quais a pesquisa está sendo realizada... É nessa interação que a aprendizagem ocorre para ambos os lados gerando a sensação de que a pesquisa tem uma razão de ser. Mas esta interação também traz para o pesquisador uma sensação de luta, depressão e a necessidade de contínua auto-avaliação" (Spink, op. cit. p. 32).

Por outro lado, "o conhecimento, entendido como processo, segue um caminho não linear, de forma que cada descoberta condiciona a forma de investigar subsequente e é reinterpretado a cada novidade que se analisa" (Campos, 1982, p. 140).

O presente trabalho também não segue uma forma linear de pesquisa. O tema inicial seguiu seu rumo próprio, com um movimento cíclico, culminando na sua multiplicação em vários temas, mais abrangentes, desenvolvidos com novos procedimentos, obedecendo os rumos do trabalho prático. As perguntas que foram surgindo devem ser compreendidas como questionamentos oriundos de uma prática com a finalidade de orientar a própria história dessa experiência. As análises e interpretações foram limitadas ao emergente, no sentido de compreender a situação problemática imediata.

Dessa maneira a pesquisa pretende ser um relato dessa experiência, explicitando o movimento percorrido e dando corpo ao trabalho realizado.

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM CRECHE

1 —

Minha maior inquietação de início², ponto de partida para essa pesquisa, foi como se dava a relação creche-família. A meu ver era uma relação de distância. Não existia uma interação propriamente dita de troca, de reconhecimento uma da outra. Nem a creche reconhecia a família como legítima, nem a família reconhecia a creche enquanto legítima.

Existiam, em geral, muitas reclamações de ambos os lados, em termos de insatisfação com a higiene e saúde da criança. Do lado da creche as reclamações eram sobre a criança vir de sua casa suja, com sacola incompleta, com piolho na cabeça. Do lado da família, eram de que a criança não teria sido bem tratada, porque teve quedas, sempre revelando desconfiança. As famílias criavam muitas fantasias a respeito do que se passava na creche. Então apareciam comportamentos do tipo dar uma espiada, ou inventar situações que não haviam acontecido. Todos esses problemas são comuns às creches e hoje continuam existindo, porém eram encarados de forma escandalosa.

Havia também o aspecto da vigilância da mãe sobre a creche e do funcionário sobre a mãe. De fora para dentro era mais um desejo de vigilância, curiosidade de saber o que se passava no interior da creche. De dentro para fora, era no sentido de julgar e controlar o comportamento das mães. Um sentimento de que as mães não reconhecem e não valorizam o trabalho da creche, de que as mães "largam" seus filhos, não querem saber das dificuldades e dos problemas que os funcionários enfrentam e depois ficam inventando coisas a respeito da creche.

A idéia que eu tinha, quando tentei elaborar pela primeira vez essa questão, no início de 1983, era a seguinte: que existia um distanciamento muito grande entre o nível do atendimento que as crianças recebiam na creche e as reais condições que seus familiares poderiam oferecer a elas, no que diz respeito à educação, alimentação, higiene e saúde. Por isso a mãe acabava relegando seu papel como socializadora da criança à creche, subestimando esse papel, passando a ter perante a creche uma postura de passividade e dependência, tornando-se extremamente agradecida por ter recebido caritativamente a oportunidade de um local de maior segurança para seus filhos. Essa posição seria reforçada pelos funcionários que cuidam diretamente da criança, por acreditarem que são mais capazes de atender às suas necessidades, do que as próprias mães.

Sentia-me numa posição incômoda, pois como não existiam oportunidades de contato entre esses dois pólos, eu acabava sendo a intermediária dessas insatisfações. De início, pensei que a única maneira de resolver esse conflito era aproximando-os. A questão era como obter essa aproximação. No papel de

² Trata-se de um resumo das atividades desenvolvidas durante o período de 1983 a 1985.

intermediária, sentia que as funcionárias me agrediam por acharem que eu estaria acreditando mais nas mães do que nelas. Por outro lado eu sentia que as mães procuravam em mim a sua defensora. Eu queria aproximá-las, abrir a creche, deixar as mães entrarem, mas pensei que se tomasse essa iniciativa sozinha, não iria conseguir grande progresso, pois a agressão mútua poderia ser tamanha, o confronto tão grande, que eu perderia o controle da situação. Então propus um espaço de reunião especificamente com as pajens, porque apenas existiam reuniões mensais gerais de funcionários, onde se discutiam os problemas da creche.

Nas reuniões de pajens, de início começaram a aparecer questões sobre a rotina da creche e logo problemas que enfrentavam com as mães. Juntas começamos a refletir sobre a deficiência da relação entre pajens e mães, e de minha parte procurei levá-las a pensar no porque do problema e de que maneira poderíamos resolvê-lo. As pajens constataram que as mães não sabiam o que se passava na creche e que talvez a agressão delas aos funcionários resultasse desse desconhecimento.

As reuniões de pajens foram sistemáticas a partir do segundo semestre de 1984 e a partir delas surgiram idéias e práticas bastante interessantes: os familiares passariam a levar e buscar as crianças nas próprias salas, podendo conversar diretamente com as pajens que cuidavam dos seus filhos. As mães poderiam visitar a creche durante meio período ou período integral, com o objetivo de conhecer seu funcionamento, e deveríamos promover reuniões com grupos de mães, segundo a faixa etária do grupo de crianças, com a participação das respectivas pajens, tendo por objetivo falar sobre seus filhos.

De início essa abertura foi muito boa, tendo-se refletido favoravelmente nas respostas ao questionário, respondido pelos funcionários, de avaliação do trabalho realizado na creche durante o ano de 1984. Quanto ao item "participação dos pais no trabalho da creche", apareceram somente pontos positivos.

Em parte fiquei sossegada, achando que esse objetivo estava sendo alcançado. Porém a avaliação que as mães fizeram através das entrevistas de rematrícula realizadas no início de 1985, não apresentou essa mesma consistência que só incluía pontos positivos. De fato houve uma avaliação positiva em relação à sua entrada na creche, ao poder ver como o equipamento funcionava, o que acontecia com a criança durante seu dia na creche, como era sua rotina, quais os cuidados oferecidos etc. Mas, por trás de uma aparente tranquilização em relação à nova imagem que se formava da creche, havia uma manifestação de angústia muito grande. Em alguns itens da entrevista, as mães puseram-se a comparar a creche com a casa, com uma carga afetiva composta de um sentimento de culpa e impotência ao mesmo tempo, como se em outras palavras dissessem: "A creche tem tudo o que eu não tenho e o que eu não posso oferecer. Sacrificio então o amor que meu filho tem por mim em detrimento de tudo o que a creche pode oferecer e eu não: a boa alimentação, o espaço, as pajens, a segurança, a higiene e os amiguinhos".

Meu plano era continuar desenvolvendo esse trabalho com as famílias, porque eu tinha em mente que essa aproximação tinha sido sentida como positiva também porque era recente, apenas 6 meses de experiência, e, realmente, as mães senão se apresentavam tão curiosas e desconfiadas, fato que transmitia para as pajens uma confiança, um sentimento menos ruim. Mas, por outro lado, eu acreditava que existia um conflito entre os dois pólos e que este tenderia a aumentar com uma maior aproximação.

Achei que seria melhor aprofundar essas reflexões em reuniões de funcionários e que estas não fossem nos fins de semana. Eu e outra colega diretora propusemos à nossa Supervisão Regional fechar a creche por meio período mensalmente e iniciamos essas reuniões mensais no período da tarde. As mães deveriam buscar suas crianças no início da tarde. Não tive problemas com as mães, em uma ou duas reuniões iniciais algumas delas deixaram de vir buscar as crianças no horário previsto. Em geral, houve um respeito à necessidade da creche. As que precisavam, levavam um comprovante para o trabalho visando a dispensa, outras se organizaram no sentido de pedirem para alguém vir buscar a sua criança. Também fiz uso de técnicas psicodramáticas que auxiliam a explicitação do problema e sua compreensão.

Esse tipo de reunião teve início em fevereiro de 1985 e trazia evidências de reações negativas ligadas a um sentimento conflitante e não conscientizado de tudo o que tinha sido experienciado no semestre anterior com a chamada "abertura das portas"³.

De fato, esses sentimentos foram se tornando explícitos no cotidiano da relação entre mães e funcionários, conforme antevi.

Por um lado, as funcionárias começaram a se sentir profundamente incomodadas com a presença das mães na creche. Por outro lado, as mães começaram a demonstrar um sentimento de ciúmes em relação às funcionárias. Suas reclamações já não eram mais fruto de uma situação imaginária. Agora estavam lá para ver e quanto mais viam, maior era o sentimento de que seu filho estava sendo roubado pela creche.

A creche então se armou contra as mães. De início, com sentimentos arduos diante das mães mais frágeis e problemáticas. Posteriormente a agressão passou a ser generalizada às mães indistintamente. As funcionárias não sabiam nem porque estavam brigando, o que também evidenciava a existência de um conflito nelas próprias.

Estaria a entrada das mães colocando em xeque a função da creche e o papel dos profissionais que lidam diretamente com a criança? Esses comportamentos todos demonstravam a necessidade da instituição apropriar-se de uma parte da clientela (crianças) e expulsar a outra parte (os familiares). Mas por que essa necessidade?

³ Expressão criada pelos funcionários logo na primeira reunião geral em 1985.

Quando este projeto foi pensado, minha primeira dificuldade, que por muito tempo parecia-me um impedimento, foi o fato de estar acumulando duas funções: ser diretora e pesquisadora ao mesmo tempo. A tentativa de solucionar esse problema foi a escolha da metodologia Pesquisa-Ação, por permitir a não neutralidade do pesquisador: este teria o papel de motivar o pessoal a participar da pesquisa como agente ativo, produzindo conhecimento e intervindo na própria realidade.

Porém, quando se está totalmente envolvido com a ação, o maior instrumento que se tem em mãos é o bom senso, sendo que nele reside a possibilidade do erro, do risco, do pensar sobre o erro e o risco, rever suas próprias capacidades e questionar a todo o momento seus valores. Aí o pesquisador estará revendo a própria realidade e conseqüentemente transformando o processo anterior.

No momento em que o processo que vivia a creche tocou em pontos de conflitos para todos, período correspondente à presença das mães dentro da instituição, eu como diretora tornei-me alvo de todos esses conflitos.

Para o desempenho do duplo papel, diretora e pesquisadora, surgiu a necessidade de vivenciar o conflito e ao mesmo tempo fazer sua leitura para poder atuar e conseqüentemente ajudar o grupo de funcionários a pensar. Duas condições se fizeram necessárias: um suporte teórico e uma supervisão direta do trabalho. Essas condições se concretizaram através da participação em curso oferecido pela Professora Fúlvia Rosemberg na PUC de São Paulo, e de um contrato de supervisão de trabalho com a psicóloga Marlene Guirado. Para isso solicitei da Supervisão Regional uma diminuição de carga horária.

Comuniquei o fato em reunião geral de funcionários, sendo que elas tiveram uma dupla reação: Por um lado mostrando uma certa crença de que eu poderia estar contribuindo para uma melhoria do trabalho da creche, por outro lado um medo grande por eu estar mais ausente.

Trabalhei na creche durante 5 a 6 horas por dia, de março a junho, quando percebi que a minha presença-ausência estava sendo muito questionada e acabava atrapalhando o desenvolvimento do trabalho, pois a creche estava passando por muitas dificuldades a nível dos conflitos internos.

Este foi um período decisivo para mim, pois ao mesmo tempo em que estava sendo alvo de projeções desse conflito, vivenciando-o num completo envolvimento, eu também estava me instrumentalizando de leituras que não estavam sistematizadas em relação à esse tema. Quer dizer, eu também estava vivenciando um processo de descobertas ao nível teórico-prático, enquanto a creche permanecia em pleno funcionamento com todos os seus problemas.

Em uma das reuniões gerais de funcionários, abordei o tema da minha representação na creche. O posicionamento das funcionárias foi no sentido de que eu representaria a defensora das mães, a paternalista, a

ingênua, que acredita no que as mães dizem, a que tem e cobra que as funcionárias tenham dó das mães, e é a protetora delas. Elas questionaram por que os desnutridos e as pessoas que têm menos capacidade, acabam sendo os mais privilegiados em relação ao atendimento da creche. Eu não estava sendo colocada apenas como a representante das mães, mas também como porta-voz da Secretaria. "Não é só você que é assim, os técnicos também. Eles não confiam na capacidade dos pobres."

Essa reunião foi muito marcante. Por um lado eles estavam certos. Eu realmente estava sendo ingênua em relação às mães e pude, a partir de então, observar melhor o quanto a herança assistencialista se manifesta no dia-a-dia da creche. Por outro lado evidenciava-se cada vez mais que essa aproximação estava sendo compreendida como esperança de anular o conflito existente entre as famílias e os funcionários, constatando-se a necessidade de anular a intromissão da mãe. Continuava existindo a supremacia do grupo de funcionários, ao ter a posse sobre as crianças e o controle do trabalho.

O texto que me ajudou nesse momento foi a história das creches francesas de Baudelot e Breauté (1979), que liga a questão do conflito creche-família à concepção da creche como substituta materna. Os problemas abordados pelas autoras eram provenientes de experiências muito semelhantes a que estávamos vivenciando.

Em relação ao papel que haviam me relegado como representante das mães, percebi que na verdade eu estava representando a concepção da creche como substituta materna, como uma segunda mãe. Coloquei a questão: será que esse conflito existe porque a creche é vista como substituta materna? Será que a necessidade de expulsar as mães se dá porque a criança não pode ter duas mães, a mãe verdadeira e a creche? Se isto se confirmasse, a presença das mães incomodava tanto, porque ela promoveria nas pajens um recuo de um dos papéis mais internalizados — o de substituir as mães — e a sensação de uma indefinição da função que deveriam assumir.

O objetivo de substituir a mãe implicaria em atitudes e comportamentos de invasão, posse, distância, numa relação creche → família, enquanto que numa relação família → creche implicaria em comportamentos de total atribuição de responsabilidade e de cobranças. Esse tipo de relação ao nível do cotidiano das interações vai expressar um conflito, uma complexidade de emoções, de sentimentos de ódio, raiva, ciúmes impossíveis de solução. Enquanto essa relação é inconsciente, ela se manifesta a nível de projeções em relação a quem representa a instituição, no caso a direção. "A direção é cúmplice das mães, é quem nos permite experimentar sentimentos tão contraditórios e conflitantes."

Dessa maneira passei a ter elementos para compreender porque intuitivamente suspendi esse tema e as reuniões de pajens (período de abril a julho de 1985), porque mexer nessa ferida era o mesmo que comprar agressões. Muito perigoso também era entrar nesse terreno sem a clareza necessária.

Os estudos históricos sobre creche conduziram-me

à percepção da influência da psicologia sobre a concepção da creche vista como substituta materna. Mergulhei novamente no campo teórico do desenvolvimento infantil e reli textos de autores como Bowlby, Spitz, Rutter, Schaffer, que haviam influenciado profundamente minha atuação prática enquanto diretora de creche. Na medida em que ressaltam a fundamental importância para o desenvolvimento normal da criança pequena a presença de um adulto sensível que interaja com ela, a creche aparece como uma alternativa ruim, porém necessária. A meu ver, deixando implícito que é algo necessário apenas para as famílias de baixa renda que precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos e reforçando a idéia de que a função da mãe é estar dentro de casa cuidando dos filhos. Essa concepção clareava para mim porque as mães estariam se sentindo tão culpadas e sua relação com as pajens tão cheia de rivalidades.

Outras questões precisariam também ser analisadas: a situação da mulher que é pajem, que enfrenta o ciúme da mãe e que desenvolve uma relação afetiva com a criança e um sentimento de rejeição a essa mãe; e a situação da mulher que é mãe, que se sente culpada de não estar criando ela própria seu filho, que considera a outra mulher como sua rival, que não se sente no direito de participar da educação de seu filho.

Não é possível analisar isoladamente a questão das diferentes concepções que se vêm atribuindo à creche. A creche surge para mim como em fenômeno complexo porque nela reside a somatória de várias influências: a concepção que a psicologia legítima; a tendência de a creche ser uma instituição fechada, onde o espaço é dominado pelo adulto; a força da herança hospitalar e higiênica; e, ainda, sua origem assistencial e filantrópica.

Todos esses fatores precisariam ser analisados para podermos compreender como cada uma dessas heranças está presente no dia-a-dia da creche, fato que comecei a perceber observando a rotina.

Em relação à vertente hospitalar, ela existe enquanto preocupação excessiva com a saúde e higiene da criança: cinco refeições por dia, o banho completo, os curativos, o repouso obrigatório, a relação com a mãe só ao nível da higiene e da doença, nunca no sentido de saber se o filho brincou bem. A creche muito bem lavada, o controle excessivo dos técnicos sobre a limpeza da creche, a condição da criança ir embora limpa da creche, arrumada e com os cabelos penteados.

Nos primeiros anos de funcionamento dessa creche, ela cumpriu essa função. Cuidava muito bem da higiene e da saúde da criança. Mas se o objetivo da creche era só cuidar da higiene e da saúde da criança enquanto a mãe trabalhava, então porque existia esse conflito tão grande com os familiares? Se isso fosse verdade, a partir do momento em que a mãe entrasse na creche e visse sua criança "bem cuidada", o conflito deveria ser amenizado. Porém, ele aumentava assustadoramente.

Ademais, a partir do momento em que uma creche cumpre sua tarefa de oferecer cinco refeições por dia para a criança, procurando garantir sua necessidade calórico-protéico, a creche estaria retirando uma res-

ponsabilidade que é da mãe. Essa supressão tem se justificado através de questionamentos a respeito dos recursos da família de baixa renda. Mas o que está por detrás é um descrédito na sua capacidade, confundindo-se falta de recursos com incapacidade.

Aí identificamos a herança assistencialista que reforça a descrença da instituição na capacidade dessas famílias. A creche assistencialista não tem o objetivo de compartilhar e sim de apropriar-se. Na verdade, a creche "rouba" o papel da mãe nos moldes em que ele é colocado na nossa sociedade, ao responsabilizar a mãe e a família pelo sustento dos filhos.

Ainda, analisando a rotina, observa-se que a creche deve funcionar doze horas e ter um período de entrada e saída das crianças. Sendo o período de entrada das 6:30 às 7:30 horas e o da saída das 17:00 às 18:30 horas, sobram 8:30 horas para distribuir as cinco refeições e desenvolver as tarefas diárias, como banho, troca, escovação de dentes, controle de esfínteres, higiene das mãos e repouso de duas horas. No tempo pequeno que sobra, incluem-se as chamadas atividades pedagógicas e alertam-se as pajens muito bem para o aspecto afetivo: a pajem precisa conhecer cada criança e ser afetiva com todas.

Mas, é humanamente impossível atribuir a uma pajem a função de dar afeto, como uma mãe, a seu filho, pois na espécie humana não existe mãe com vinte filhos da mesma idade de uma só vez!

Assim a questão do profissional de creche se coloca a partir de outra ótica. A pajem surge como uma pessoa que tem muitas crianças para cuidar, que não sabe lidar com o afeto efusivo de tantas crianças ao mesmo tempo, tem muitas tarefas para desenvolver, vê a criança sempre à espera e não pode suprir todas as suas necessidades.

No modelo de creche substituta da família, o principal agente é a pajem que fica com um papel não delimitado, indefinido. Em meio a isso, o modelo de mãe, de amor materno como natural e fator de maior importância para o desenvolvimento da criança, está extremamente enraizado seja na figura de pajem, da mãe, ou do técnico.

Na verdade, eu mesma precisava rever esses valores em mim. Se a creche não é a substituta da mãe/família então o que é?

3 -

A nível prático, a situação se complicava cada vez mais e por mais que eu tenha evitado esse tema em reuniões, ele estava contido em cada gesto, em cada canto, em cada espaço.

Dois indicadores me auxiliaram a ver a creche como equipamento educacional para criança e a sair dessa fase de envolvimento apenas com os adultos (funcionárias e mães). Pude então direcionar o trabalho para uma percepção mais direta da criança.

O primeiro indicador obtive de uma polêmica trazida pelo *banho*. No final de 1984, em reunião do corpo de direção com a equipe técnica, uma representante de pajens trouxe a proposta de abolir o banho como rotina da creche, para os grupos de crianças maiores: mini-

grupo e maternal. O objetivo era ocupar esse tempo na exploração de atividades pedagógicas. Resolveu-se então, a título de experiência, abolir o banho enquanto rotina e não enquanto necessidade, entendendo-se por necessidade o fato de uma criança estar muito suja, o tipo de atividade desenvolvida durante o dia, o clima quente etc.

Essa proposta foi discutida com as mães e de início todas concordaram. Em meados de 1985, quando os problemas com as mães tornaram-se mais intensos, a questão da retirada do banho reapareceu. Na avaliação inicial dessa experiência, constatamos que as mães desconheciam a maneira pela qual estava sendo utilizado o tempo correspondente à retirada do banho, como também desconheciam o lado educacional da creche. Essa descoberta levou as mães a trazerem as sacolas dos filhos mais organizadas e os atritos com as pajens diminuíram, nesses grupos de crianças maiores.

A valorização da educação na nossa sociedade é algo muito importante. A mãe se sacrifica para conseguir comprar o material escolar, o uniforme, para conseguir a matrícula. Ela não chora para deixar o filho na escola, pelo contrário, às vezes quer antecipar a idade escolar. Ou seja, a partir do momento que a mãe percebe que a criança aprende alguma coisa e passa a organizar melhor sua sacola, indica que, na sua função educacional, a creche não cria conflitos para a família.

O segundo indicador resultou das entrevistas de rematrículas realizadas no início de 1985. Não pude deixar de refletir sobre elas durante o ano, por causa da angústia que as mães revelaram. Diante desse sentimento de que a creche era um substitutivo da mãe e que a criança — quando apegada a esse substituto — estaria afastando-se dela, passei a concluir que quanto mais se aprimorasse as qualidades de trabalho dentro da creche, mesmo com a participação das mães, mais se acirrará este conflito. E por aí eu não via saída.

Por outro lado era curioso pensar que se a institucionalização da criança pequena acarreta tantos danos assim ao seu desenvolvimento, segundo vários teóricos da Psicologia, porque então a criança gosta da creche e se sente sua falta?

Redirei minhas reflexões. Pensei nas crianças que passaram pela creche, que a frequentaram por quatro anos, que chegaram com desnutrição grave e se recuperaram rapidamente. Nunca acompanhei um caso de déficit no seu desenvolvimento proveniente de frequentar a creche, embora nunca me dispusesse a fazer um estudo longitudinal sobre isso.

Nas entrevistas com mães, também houveram respostas de que os filhos que passaram pela creche se desenvolveram muito mais depressa que os irmãos; falavam melhor; são muito mais inteligentes; mais sabidos, espertos e saudáveis.

Reli as entrevistas e no item que perguntava "o que seu filho acha da creche" observei que os relatos demonstravam que a criança gosta da creche porque tem amiguinhos, brinquedo, espaço e também porque tem quem cuide dela. Ela não procura na pajem uma mãe, mas sim alguém que a está ajudando em seu crescimento. A criança espera da creche um espaço de interação com adultos, com crianças e com objetos. Ela gosta de cres-

cer, de aprender. Ela procura na creche esse espaço, que toda criança necessita; não só os filhos de mães de baixa renda e nem apenas os filhos da mãe que trabalha. A vida mudou, o espaço urbano mudou. Será que não temos que nos adaptar a esse novo espaço, criando um ambiente coletivo para a criança se desenvolver?

Voltando à questão anterior, o que percebi é que a criança gosta de estar com a mãe e sente falta da creche também. As duas coisas juntas. Então uma não está substituindo a outra. A creche e a família são instituições que se complementam e é assim que devem ser compreendidas.

Dessa maneira, a creche deveria ser percebida pela mãe como um local onde ela poderia dividir a responsabilidade sobre a educação de suas crianças.

O que é ruim não é a creche, mas sim a concepção que se fez e se faz dela. Ao considerarmos a creche como um mal necessário para a família, não conseguimos montá-la para atender as necessidades da criança.

Pensando nessas questões é que resolvi dar outros rumos a este trabalho. A proposta que surgiu referia-se a mudanças da estrutura operacional da creche. Retornei as reuniões de pajens em julho, de 1985 e optei por temas pertinentes às novas experiências educacionais em creches. Dessa forma iniciamos um processo de reflexão sobre possíveis mudanças na rotina, proposta que foi recebida com grande resistência.

Na tentativa de ampliar o referencial prático das funcionárias, chamamos a diretora de uma creche municipal para falar da sua experiência, a qual envolvia mudanças na rotina com propostas pedagógicas distintas da rede. Junto às pajens refletimos a contraposição do modelo novo (a nova experiência relatada) com o modelo antigo (a nossa rotina de trabalho). No modelo antigo a criança apresentou-se segundo os olhos do assistencialismo: incapaz de qualquer coisa por ser filha de pobre. Ela espera passivamente tudo. O adulto mostrou-se como aquele que tem que super proteger, prover as crianças dos cuidados de higiene e saúde, cuidar principalmente dos mais frágeis e é pago para cuidar da criança como uma babá. No modelo novo existiria uma crença de que a criança tem capacidade e o adulto vai ajudá-la a desenvolver-se, aproximando sua função à de um educador.

A percepção do papel profissional da pajem no modelo antigo e novo a fez parar para pensar "quem sou, quem fui até agora e quem posso ser", abrindo caminho para a busca de uma identidade profissional.

Em reunião geral de funcionários sugeri que as pajens contassem às outras colegas as suas descobertas, em forma de dramatização. No cenário, a mãe novamente entrou em evidência, sendo representada no modelo novo como uma pessoa maravilhosa, que agrada todo mundo e que não cria problemas. Nesse contexto parecia que uma mudança só poderia ser aceita se essa parte da clientela — a mãe — fosse eliminada. No mesmo cenário, junto com a mãe foram eliminados também a diretora, a professora e os demais elementos da creche. Restaram apenas as pajens e os sinais de eterno agradecimento e gratidão das mães para com elas. A sensação que tive foi que a diretora era importante apenas para resolver esses conflitos, como

intermediária. Agora "ela não precisa mais existir, porque a mãe está definitivamente excluída".

Dois dias depois aconteceu de uma criança do berçário entrar na creche com pneumonia, sem que sua mãe houvesse trazido medicamentos. Houve uma falha na triagem e as pajens desconheciam sua causa. Isso foi motivo para total descontrole emocional das pajens do berçário: choraram, em desespero, lembraram da morte de uma criança como se a creche tivesse sua parcela de culpa e mostraram-se totalmente culpadas pelas mães não assumirem a responsabilidade pelos seus filhos.

A sensação que eu tive é que elas estavam fazendo um grande esforço para se destacarem dessa confusão de ser mãe-pajem, um esforço que continha uma angústia muito grande. Pareciam sentimentos guardados há muito tempo, que saíam como de uma válvula de panela de pressão, totalmente desordenados, caóticos.

Do grupo de pajens do berçário, estaria emergindo um processo que era da creche toda? Por que neste grupo? Por conter crianças em idades mais frágeis e passíveis de contaminação?

De qualquer forma não parecia uma preocupação apenas com a criança e sim com a possibilidade da mudança operacional, medo de ficar tudo confuso e de se perder o controle da situação. "A pneumonia escapou da triagem" — poderia significar o medo da fragilidade da mudança, medo de adoecer, de ser contaminado pelo que vem de fora.

Além desse grupo ter se mostrado mais hostil em relação às mães durante todo o processo, também revelou maior dificuldade de ligar essas reflexões ao trabalho concreto.

Por essas razões, decidi iniciar o processo de mudança com os dois grupos de berçários. A estratégia que adotei foi avaliar o que em nossa rotina era bom e o que era ruim. As reuniões tiveram início em setembro e foram sistemáticas até novembro de 1985. Foram dois meses de trabalho em que acabamos juntando os dois grupos numa sala só, ficando a outra livre para as crianças circularem. Nas reuniões elas colocaram como tinham mudado sua percepção em relação à criança. Houve uma frase muito interessante: "Antes, eu ficava vigiando e controlando, agora eu posso até observar". Quer dizer, observar significava estar presente, percebendo o momento em que ela profissional deve atuar e o vigiar correspondia a não deixar os menores ficarem com os maiores, ter aquele cuidado excessivo para evitar que a criança se machucasse.

O salto positivo que houve foi o fato das pajens começarem a falar dos progressos das crianças. A criança, enfim, apareceu.

Em dezembro iniciei o trabalho com os grupos maiores: mini-grupo e maternal. O tema mais interessante que surgiu nas reuniões de pajens desses dois grupos foi uma reflexão do seu papel profissional, mediante exemplos de situações concretas que surgem no seu trabalho. Por exemplo falaram do quanto as crianças projetam e se identificam com elas enquanto mães e não enquanto profissionais e o quanto elas se sentem obrigadas a corresponder e acabam apegando-se demasiadamente às crianças ou, ainda, o quanto ficam lison-

jeadas quando as crianças as chamam de mãe.

Fiquei preocupada com o fato da creche estar oferecendo meios para esses mecanismos psíquicos acontecerem de maneira mais intensa. Nesse caso não estaríamos ajudando a criança a diferenciar esses papéis.

Uma saída seria organizar o espaço da criança na creche para que tivesse oportunidades de interações diversas àquelas restritas apenas aos grandes grupos⁴ e a pajem. Por exemplo, criar salas ambientes que despertassem interesses vários como: jogos, casinha, artes, construção, e incentivar o envolvimento das crianças em pequenos grupos de forma a diminuir o tempo de espera da criança e promover a interação entre crianças de idades diferentes.

Enfim, a proposta no momento seria reverter a concepção da creche como um contexto de relação diferente da família e compreendê-la como uma instituição voltada para uma ação educativa promotora do desenvolvimento infantil. A partir daí destacar aspectos como estimulação, interação, jogos, imitação, recreação etc., como elementos básicos para o desenvolvimento infantil e não apenas a relação afetiva adulto e criança. Entender o adulto como o facilitador dessa ação educativa, que não ocorre apenas em momentos planejados para tal, mas inclui todas as atividades da vida diária da criança.

Essa é a proposta que estamos procurando colocar em prática durante este ano de 1986, procurando através dela, uma identidade própria à creche incluindo cada parte envolvida: pais, funcionários e crianças.

4 No caso, referem-se a distribuição de crianças por faixa etária: por exemplo, no maternal a proporção é de um adulto para vinte crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPEL, G. & DAVID, M. *Loczy ou le maternage insolite*. Paris, Scarabée, 1973.
- ARIÉS, P. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- . *L'enfant: la fin d'un règne. Autrement: Finie, la famille?* Paris, (3): 169-171, 1975.
- AUBERT, G. & MOZÈRE, L. *Babillages... Des crèches aux multiplicités d'enfants. Recherches 27*, Mai, 1977.
- BACHELET, P. & MOZÈRE, L. *Crèches: état des lieux. Autrement: un Enfant?* Paris, (35): 215-229, Nov. 1981.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BAUDELOT, O. & BREAUTÉ, M. *Les crèches, ses objectifs, son évolution récente*. SRESAS, Paris, 1979.
- BLEGER, J. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: — *Temas de Psicologia: entrevistas e grupos*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- CAMPOS, M.M.M. *Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo*, V. I. 1982. (Tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP.)
- CAMPOS, M.M.M. et al. Profissionais de creche. *Cadernos CEDES*, (9): 39-66, Educação pré-escolar: desafios e alter-

- nativas, São Paulo, Cortez, 1984.
- ; A creche e a pré-escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (39): 35-42, nov. 1981.
- CALDWELL, B.M. Day care and early education. In: SPODEX, B. *Handbook of Research in Early Childhood Education*. New York, The Free Press, 1982.
- CARMICHAEL, L. *Manual de Psicologia da criança*. São Paulo, EPU, EDUSP, 1975.
- COSTA, M.L. Creche: solução ou problema? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (50): 58-60, ago. 1984.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- FERREIRA, M.C.R. Interação Familiar: Sua contribuição para o Desenvolvimento Normal ou Patológico da Criança. *Revista de Pediatria Moderna*, (1): 171-185, 1976.
- . O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (48): 3-19, 1984.
- FERREIRA, M.C.R. & OLIVEIRA, Z.M.R. Análise de creches no Município de São Paulo. Ribeirão Preto, jan. 1985. (Relatório de Pesquisa, FFCLRP, mimeo).
- GUATTARI, F. As creches e a iniciação. In: *Revolução Molecular* pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 50-55.
- GUIRADO, M. Separação materna e internação da criança em instituição. In: *A Criança e a FEBEM*. São Paulo, Perspectiva, 1980. p. 13-30.
- KERR, V. One step forward — two steps back: child care's — long American History. In: ROBY, P. *Child Care — Who Cares?*. New York, Basic Books, Inc., 1975, p. 85-99.
- MITCHELL, J. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, (4): 5-41, Rio de Janeiro, 1967.
- ROSS, K.G. Group care and early childhood development. In: *Good Day Care: Fighting for It, Getting It, Keeping It*. Canada, Women's Educational Press, 1978, p. 25-32.